

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimentos relativamente à pretendida operação urbanística, as quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- d) A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos respectivos departamentos técnicos municipais, bem como de eventuais pareceres, autorizações ou aprovações emitidas por entidades externas ao município, encontra-se disponível, para consulta, na Divisão Administrativa de Apoio aos Departamentos Técnicos de Obras, sita no Edifício do Pópulo, Braga.

6 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

2611062821

## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

### Aviso n.º 22 409/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público, que por despacho da signatária de 31 de Outubro de 2007, com efeitos a partir desta data, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e na sequência do concurso aberto no aviso afixado no edifício dos Paços do Município em 28 de Setembro de 2007, foi nomeado para ocupar o lugar de técnico principal da carreira de engenheiro técnico Arlindo Augusto Matias Pereira.

O nomeado tem o prazo de 20 dias para aceitação da nomeação, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

31 de Outubro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Eulália Silva Teixeira*.

2611063097

## CÂMARA MUNICIPAL DA CHAMUSCA

### Aviso (extracto) n.º 22 410/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 31 de Julho de 2007, João Rui Moreira Guita foi nomeado secretário do vice-presidente Francisco Manuel Petisca Matias, com efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2007, com fundamentação constante do referido despacho.

2 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Sérgio Morais da Conceição Carrinho*.

2611062817

## CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES

### Despacho n.º 26 266/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho de 29 de Outubro de 2007 e nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de chefe de divisão de Educação e Desporto Lúcia Felisbela Silva Pereira Pinto, por possuir as competências adequadas às exigências do cargo a prover e reunir os requisitos legais e especiais referidos no aviso de abertura do procedimento concursal, bem como os definidos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de

20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, com efeitos a partir do presente despacho de nomeação.

30 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Gonçalves Martins Batista*.

### Nota curricular

Nome — Lúcia Felisbela Silva Pereira Pinto.  
Data de nascimento — 5 de Março de 1964.  
Habilitações académicas — licenciatura em Serviço Social.  
Experiência profissional:

De Janeiro a Fevereiro de 1988 — adjunta de coordenação do Programa OTL no Instituto de Emprego e Formação Profissional (DRM);

De Janeiro de 1989 a Agosto de 1990 — técnica superior de serviço social em regime de contrato a termo certo no Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Montalegre;

De Setembro de 1990 a Junho de 1994 — técnica superior de serviço social em regime de contrato a termo certo e avença no Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Chaves;

30 de Março de 1995 — nomeada responsável pelo Núcleo de Recursos Humanos no município de Chaves;

1 de Julho de 1994 — ingressou no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Chaves com a categoria de técnica superior de 2.ª classe — serviço social;

1 de Março de 2007 — nomeação em regime de substituição para exercício das funções correspondentes ao cargo de chefe de divisão de Educação e Desporto.

2611062909

## CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES

### Anúncio n.º 7789/2007

Verificando-se a necessidade de manter ao serviço a auxiliar de serviços gerais Maria Felicidade Melo da Costa, contratada a termo resolutivo certo em 1 de Novembro de 2006, determino nova renovação do contrato de trabalho respectivo, por mais seis meses, com início em 1 de Novembro de 2007.

23 de Outubro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Agostinho Gomes Amaral Freitas*.

2611063016

## CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

### Aviso n.º 22 411/2007

#### Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico profissional de contabilidade e administração de 2.ª classe

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 27 de Junho de 2007, se encontra aberto concurso externo de ingresso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento de um lugar de técnico profissional de contabilidade e administração de 2.ª classe.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, com as respectivas alterações, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

3 — Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificou-se a inexistência de pessoal na bolsa de emprego público, conforme declaração de inexistência enviada através do ofício n.º 5321, de 27 de Julho de 2007.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para provimento do lugar posto a concurso, caducando com o seu preenchimento.

5 — Remuneração e outras condições de trabalho — o titular do lugar a prover será remunerado pelo índice 199, escalão 1, a que corresponde o vencimento ilíquido de € 650,23, tendo em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, na nova redacção do Decreto-Lei n.º 404-A/89, de 18 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 412-A/89, de 30 de Dezembro, e Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, sendo-lhe aplicável, no que concerne às regalias sociais e con-